



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





SANTANA DE PARNAÍBA - SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
DE PARNAÍBA - SÃO PAULO**

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

EDITAL N.º 04/2025

CÓD: SL-099ST-25
7908433283027

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	7
2. Vocabulário	8
3. Tipologia e gêneros textuais	8
4. Alguns elementos constitutivos do texto: discurso direto, indireto, indireto livre	10
5. Pressuposto, subentendido e ambiguidade	12
6. Intertextualidade	13
7. Coesão e coerência	14
8. Figuras de linguagem; funções da linguagem	15
9. Fonemas e fonética: representação e classificação dos fonemas, encontros vocálicos, encontro consonantal e dígrafo. sílaba e tonicidade	19
10. Acentuação gráfica	20
11. Crase	22
12. Ortografia	23
13. Estrutura e formação das palavras	24
14. Classe de palavras	25
15. Frase, oração, período; sintaxe do período simples e composto: (coordenação e subordinação); termos essenciais da oração: sujeito, predicado, predicativo do sujeito e do objeto; termos acessórios da oração; termos integrantes da oração	34
16. Pontuação	36
17. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, polissemia, denotação e conotação	38
18. Neologismo e estrangeirismo	39
19. Ortoepia e prosódia	41
20. Reescrita de frases	41
21. Concordância nominal e verbal	43
22. Regência nominal e verbal	44
23. Colocação pronominal	46
24. Emprego e omissão do hífen	47
25. Uso de há (verbo) e a (preposição); emprego de onde e aonde; utilização dos porquês	48
26. Literatura brasileira, (periodização: início e término de cada período - ano, acontecimento e autor - características, representantes e obras de cada movimento)	49

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas. lógica sentencial, (proposicional): proposições simples e compostas. tabelas verdade. equivalências. leis de morgan	61
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	67
3. Diagramas lógicos	70
4. Lógica de primeira ordem	72
5. Princípios de contagem e probabilidades. probabilidade. combinações	73
6. Raciocínio lógico envolvendo problemas	78
7. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	80

Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal

1. Regime jurídico único dos servidores públicos do município de santana de parnaíba, (sp), (lei complementar n.º 034, de 25 de maio de 2011, (dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de santana de parnaíba, (sp).....	87
2. Lei municipal n.º 3117, de 25 de maio de 2011, suas respectivas alterações, (dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores municipais de santana de parnaíba).....	109

Conhecimentos Específicos Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

1. A organização do tempo e do espaço em educação infantil.....	119
2. Cuidados essenciais: alimentação, repouso, higiene e proteção.....	120
3. Jogos e brincadeiras.....	124
4. Histórias infantis.....	125
5. Crianças com necessidades educativas especiais.....	126
6. A formação do caráter na infância.....	127
7. Ética na educação infantil.....	128
8. Arte e estética na educação infantil.....	129
9. Noções de puericultura.....	130
10. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – estatuto da criança e do adolescente – eca.....	132
11. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – lei de diretrizes e bases (ldb).....	172
12. Diretrizes curriculares para a educação infantil – mec.....	191
13. Brinquedos e brincadeiras de creches – manual de orientação pedagógica – mec com apoio da unicef.....	193
14. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil – mec.....	194
15. Referencial curricular nacional para a educação infantil (introdução/vol. 2, vol. 3).....	195
16. Psicologia infantil.....	196
17. Literatura infantil.....	203

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

VOCABULÁRIO

“Adequação vocabular” é ajustar as palavras a cada situação de fala. As gírias, por exemplo, podem ser perfeitamente ajustadas a certos contextos.

A adequação vocabular trata das corretas situações em que devemos usar as melhores situações vocabulares. Isto é, trata dos momentos em que determinadas linguagens devem ser usadas.

É o caso por exemplo de quando estamos diante de uma situação informal, com amigos, e conhecidos, onde podemos usar gírias além de outras palavras menos formais. Diferente de situações em que estamos diante de momentos mais formais, como o trabalho, por exemplo.

O ato de escrever

O que para alguns parece fácil e agradável, para outros representa um sacrifício sem perspectivas favoráveis. Nas práticas escolares, não se prepara o aluno para ser escritor, mas para escrever satisfatoriamente numa linguagem que revele precisão vocabular e clareza de ideias.

Um texto correto e preciso resulta de um pensamento organizado, ao qual se somam a capacidade para aproveitar os recursos expressivos da língua e a interpretação analítica da realidade, em especial na dissertação.

Qualquer que seja a modalidade redacional, sua finalidade é concretizar a comunicação de ideias (conteúdo), valorizadas por uma expressão estética da linguagem (forma). Não basta, pois, saber o que escrever, mas como escrever.

As dificuldades para redigir podem ter origem na timidez, no receio da iniciativa inovadora, na falta de estímulos, em métodos didáticos desinteressantes ou ainda num conjunto de fatores que bloqueiam a escrita.

Há quem atribua as deficiências da escrita aos meios de comunicação de massa que, saturando nossos sentidos com imagem e som, pouco exigem de nossa capacidade reflexiva, ocupando um espaço que poderia ser preenchido pela leitura.

Quaisquer que sejam os entraves na escrita, é no aprimoramento da linguagem que temos o instrumento mais eficaz para expressar o pensamento. Além disso, a habilidade com que a usamos permite-nos apreender o mundo e agir sobre ele.

Ao escrevermos, fazemos da linguagem nossa conquista maior, combinando as impressões dos sentidos, a vivência pessoal e o pensamento crítico. Para aperfeiçoar o exercício redacional, devemos aguçar a capacidade de interpretação, o espírito questionador e analítico, bem como o desprendimento para criar e inovar.

Assim, a redação, como atividade compensadora e satisfatória, é produto de um saber linguístico, da ordenação do pensamento e da imaginação criadora, num contínuo e diletante processo de aprendizagem.

Da palavra ao texto

A palavra existe a serviço da comunicação. As circunstâncias históricas, o mundo concreto e os anseios espirituais, ao longo de seus processos de desenvolvimento, foram criando a necessidade de nomeação dos objetos. Assim, o desejo de comunicar nossas ideias fica mediado por uma unidade menor que se chama signo.

O signo é o símbolo dos objetos ou ideias que queremos veicular (oral ou textualmente): a maneira de articular as palavras e de organizá-las na frase, no texto determina nosso discurso, nosso estilo (forma de expressão pessoal).

A linguagem culta ou padrão

É aquela ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. É usada pelas pessoas instruídas das diferentes classes sociais e caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Mais comumente usada na linguagem escrita e literária, reflete prestígio social e cultural. É mais artificial, mais estável, menos sujeita a variações. Está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

A linguagem popular ou coloquial

É aquela usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua.

A linguagem popular está presente nas mais diversas situações: conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV (sobretudo os de auditório), novelas, expressão dos estados emocionais etc.

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Além disso, apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza.

Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS. LÓGICA SENTENCIAL, (PROPOSIACIONAL): PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. TABELAS VERDADE. EQUIVALÊNCIAS. LEIS DE MORGAN

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$
Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.
- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.
- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”
Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”

- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

p: “João é engenheiro.”

q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo:

P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

“**O céu é azul.**” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“**Quantos anos você tem?**” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

“**João é alto.**” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

“**Seja bem-vindo!**” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

“ **$2 + 2 = 4$.**” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

“**Ele é muito bom.**” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

“**Choveu ontem.**” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“**Esta frase é falsa.**” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).

“**Abra a janela, por favor.**” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).

“**O número x é maior que 10.**” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Agora veremos um exemplo retirado de uma prova:

1. (CESPE) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
- (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
- (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
- (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou $-$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo:

2. (VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$
- (E) $p \vee q$, $\neg q$, $p \vee q$

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, (SP), (LEI COMPLEMENTAR N.º 034, DE 25 DE MAIO DE 2011, (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, (SP)

LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 25 DE MAIO DE 2011

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA.

SILVIO ROBERTO CAVALCANTI PECCIOLI, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei. FAZ SABER que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba.

Parágrafo único. Nos termos do art. 39 da Constituição Federal, o Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2024)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se servidor a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é a unidade laborativa com denominação própria, criada por lei, com número certo, remunerada pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições, responsabilidades e deveres.

Parágrafo único. O Município de Santana de Parnaíba destinará, no mínimo, 10% (dez por cento) dos cargos em comissão criados, aos ocupantes de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 45/2021)

Art. 4º Cargo técnico é aquele cujo desempenho exige especialidade de nível técnico.

Parágrafo Único - Cargo científico é aquele cujo desempenho exige especialidade de nível superior.

Art. 5º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos em Lei específica.

Art. 6º É vedado atribuir ao servidor encargos ou serviços diversos de sua carreira ou cargo, ressalvando as comissões legais e designações especiais de atribuições.

TÍTULO II DO CONCURSO, DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REMOÇÃO, DA REDISTRIBUIÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DO CONCURSO

Art. 7º Para o provimento de cargo público efetivo por nomeação será exigida a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em uma ou mais etapas, conforme a exigência de cada cargo.

Art. 8º O concurso público poderá ser organizado e realizado por empresa especializada, especialmente contratada para esse fim ou por uma comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O custo operacional dos concursos públicos poderá ser coberto com os recursos provenientes da taxa de inscrição.

§ 2º Os requisitos, as condições e demais peculiaridades para a realização dos concursos serão previamente estabelecidos pela autoridade competente, na forma da lei.

Art. 9º O concurso público poderá conter as seguintes etapas, conforme exigências do cargo, fixadas em lei:

- I - Prova Teórica;
- II - Prova Prática;
- III - Apresentação de Titulação;
- IV - Avaliação Psicológica;
- V - Avaliação Física; e
- VI - Investigação Social.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, será sempre obrigatória a prova teórica.

Art. 10. O concurso público terá a validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que serão devidamente publicados em jornal de circulação no Município.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO

Seção I Disposições Gerais

Art. 11. São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

I - ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas Constitucionais;

II - estar no gozo dos direitos políticos;

- III - estar quite com as obrigações militares;
- IV - ter o nível de escolaridade exigido para o cargo;
- V - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- VI - gozar de boa saúde física e mental comprovada por exame médico;

VII - ter-se habilitado previamente por meio de concurso público, ressalvadas as exceções previstas nesta lei.

§ 1º A natureza e as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º De acordo com os critérios de acessibilidade, às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as limitações que possuírem, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º Fica vedada a fixação de limite máximo de idade em concursos para admissão de pessoal, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

§ 4º Para comprovação da aptidão física e mental do candidato aprovado, o Município realizará exame médico admissional.

Art. 12. O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente, do Poder ou Entidade que realizou o concurso.

Art. 13. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 14. São formas de provimento de cargo público:

- I - Nomeação;
- II - Reversão;
- III - Reintegração;
- IV - Recondução;
- V - Aproveitamento.

Seção II Da Nomeação

Art. 15. A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando decorrente de concurso público; e

II - em comissão, para cargos de confiança.

Art. 16. A nomeação para cargo efetivo depende da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Seção III Da Reversão

Art. 17. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º Não poderá reverter ao cargo o aposentado que contar 70 (setenta) ou mais anos de idade.

Seção IV Da Reintegração

Art. 18. Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo, anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, ou aproveitado em outro cargo, observado o disposto nesta Lei.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Quando a reintegração gerar o deslocamento sucessivo de diversos servidores, a regra da exoneração ou disponibilidade se aplicará ao último da sucessão.

Seção V Da Recondução

Art. 19. Recondução é o retorno do servidor ao cargo ou função anteriormente ocupado.

§ 1º A recondução decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório decorrente de nomeação para ocupar o cargo público; e
- II - reintegração do anterior ocupante.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo de origem aplicar-se-ão as regras que disciplinam o aproveitamento

Seção VI Do Aproveitamento

Art. 20. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade remunerada, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Parágrafo Único - A extinção de cargo ou a declaração de sua desnecessidade somente serão admitidas se efetuadas por lei municipal.

Art. 21. O servidor em disponibilidade contribuirá para o regime de previdência.

Parágrafo Único - O tempo de contribuição, correspondente ao período em que permanecer em disponibilidade, será contado para efeito de aposentadoria e nova disponibilidade.

Art. 22. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único - O órgão de recursos humanos determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública.

Art. 23. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Parágrafo Único - A extinção de cargo, a declaração de sua desnecessidade e a colocação do servidor em disponibilidade serão precedidas, sempre que possível, da transformação

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

A organização do tempo e do espaço na educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Esses elementos estruturam a rotina escolar, criando um ambiente seguro, estimulante e favorável à aprendizagem. O tempo e o espaço não são apenas aspectos administrativos, mas influenciam diretamente o modo como as crianças interagem, brincam, exploram e constroem conhecimento.

Um ambiente bem planejado proporciona autonomia e senso de pertencimento, permitindo que as crianças explorem diferentes possibilidades de aprendizado de forma ativa. Da mesma forma, uma rotina equilibrada ajuda a criança a compreender a sequência dos eventos diários, promovendo segurança emocional e organização cognitiva.

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tempo na educação infantil deve ser planejado de forma flexível e estruturada ao mesmo tempo. Diferente dos ensinamentos fundamental e médio, onde há uma divisão rígida entre disciplinas, a educação infantil exige uma rotina que respeite o ritmo das crianças, alternando momentos de aprendizado, descanso, brincadeiras e alimentação.

A rotina diária deve seguir um ritmo previsível, pois isso proporciona segurança para a criança. Saber o que acontecerá ao longo do dia reduz a ansiedade e facilita a adaptação escolar. No entanto, essa previsibilidade não significa rigidez: a flexibilidade é essencial para permitir que as crianças explorem e experimentem de acordo com seus interesses.

Os principais momentos que compõem a organização do tempo na educação infantil incluem:

- **Acolhimento e chegada:** A entrada na escola deve ser um momento de recepção afetiva, permitindo que a criança se sinta bem-vinda e preparada para o dia.
- **Atividades dirigidas e livres:** O equilíbrio entre momentos estruturados pelo educador e momentos de livre exploração é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social.
- **Hora da alimentação:** O momento da refeição deve ser visto não apenas como uma necessidade biológica, mas também como um espaço de convivência e aprendizagem.
- **Descanso e relaxamento:** O descanso, seja em forma de cochilo ou de atividades tranquilas, é importante para recarregar a energia das crianças.

- **Brincadeiras e exploração:** O brincar é a principal forma de aprendizagem na infância e deve ser parte central da rotina.
- **Encerramento e despedida:** A transição para o momento de ir para casa deve ser tranquila, preparando a criança para a separação do ambiente escolar.

A organização do tempo deve levar em conta as necessidades individuais das crianças, respeitando ritmos diferentes de adaptação e aprendizagem. Além disso, a rotina deve incluir transições suaves entre as atividades, evitando mudanças bruscas que possam gerar desconforto ou insegurança.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço na educação infantil deve ser planejado para estimular a autonomia, a criatividade e a interação social. O ambiente escolar não é apenas um local físico onde as crianças estão reunidas, mas um elemento ativo no processo de aprendizagem. Um espaço bem estruturado permite que a criança explore, manipule e experimente o mundo ao seu redor, contribuindo para seu desenvolvimento sensorio-motor, emocional e cognitivo.

Para garantir um ambiente adequado ao aprendizado infantil, o espaço deve atender a alguns critérios essenciais:

- **Acessibilidade e segurança:** Os móveis e materiais devem ser adequados ao tamanho das crianças e organizados de maneira segura.
- **Divisão por áreas de interesse:** O espaço deve ser setorizado para diferentes atividades, como cantos de leitura, artes, construção, jogos simbólicos e exploração da natureza.
- **Espaços ao ar livre:** O contato com a natureza e a liberdade para se movimentar são essenciais para o desenvolvimento motor e emocional.
- **Materiais disponíveis e acessíveis:** Brinquedos e recursos pedagógicos devem estar ao alcance das crianças para incentivar a autonomia e a curiosidade.
- **Ambiente acolhedor e convidativo:** O espaço deve transmitir conforto e bem-estar, com cores, texturas e elementos que reflitam o universo infantil.

Um ambiente bem planejado estimula a interação entre as crianças, promovendo a socialização e o aprendizado coletivo. Além disso, o espaço deve permitir tanto momentos de concentração e individualidade quanto momentos de convivência e cooperação.

A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tempo e o espaço na educação infantil não são elementos isolados, mas interação constantemente para criar um ambiente propício ao aprendizado. Um planejamento eficiente considera como os diferentes momentos da rotina se conectam com a organização do ambiente. Por exemplo, a disposição dos móveis e dos brinquedos pode facilitar a transição entre atividades, evitando deslocamentos desnecessários e garantindo um fluxo natural ao longo do dia.

Além disso, o planejamento do tempo deve levar em conta a exploração dos espaços. O uso do pátio, da sala de aula, da biblioteca e de áreas externas deve ser distribuído ao longo do dia de maneira equilibrada, garantindo diversidade de experiências sem sobrecarregar as crianças. A flexibilidade também é importante, permitindo que as crianças tenham tempo suficiente para se engajar nas atividades antes de serem direcionadas para outra tarefa.

A organização do tempo e do espaço na educação infantil é essencial para proporcionar um ambiente de aprendizado seguro, acolhedor e estimulante. A rotina estruturada, mas flexível, ajuda a criança a se sentir segura e a desenvolver habilidades emocionais e cognitivas. Da mesma forma, um espaço bem planejado promove a autonomia, a interação e o desenvolvimento global da criança.

A combinação entre tempo e espaço bem organizados permite que as crianças explorem, brinquem e aprendam de forma significativa. O papel dos educadores é garantir que esses elementos estejam sempre alinhados com as necessidades infantis, proporcionando um ambiente enriquecedor e favorável ao crescimento. Dessa forma, a escola se torna um espaço de descobertas, onde cada criança pode desenvolver todo o seu potencial de forma plena e feliz.

CUIDADOS ESSENCIAIS: ALIMENTAÇÃO, REPOUSO, HIGIENE E PROTEÇÃO

► **Alimentação no Ambiente Escolar**

A alimentação no ambiente escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos. Além de fornecer a energia necessária para as atividades diárias, a alimentação escolar está diretamente ligada à saúde, à prevenção de doenças e ao desempenho acadêmico.

As refeições oferecidas nas escolas representam uma oportunidade não apenas para promover bons hábitos alimentares, mas também para reduzir desigualdades sociais e econômicas, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma nutrição adequada.

► **Papel da Alimentação na Saúde e no Aprendizado**

Uma alimentação saudável e balanceada é essencial para o bom funcionamento do corpo e da mente. Estudos mostram que alunos que se alimentam de maneira adequada apresentam maior capacidade de concentração, memória e aprendizagem, o que se reflete no desempenho escolar. A falta de nutrientes,

por outro lado, pode causar fadiga, dificuldade de atenção e até problemas de comportamento, prejudicando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

Além disso, a alimentação escolar é particularmente importante em comunidades de baixa renda, onde muitas crianças podem não ter acesso a refeições completas e nutritivas em casa. Para muitos alunos, a merenda escolar é a principal refeição do dia, sendo uma medida fundamental para combater a fome e a desnutrição. Garantir o acesso a refeições adequadas na escola é, portanto, uma forma de promover a equidade social e reduzir os impactos da pobreza no desempenho acadêmico.

► **Programas de Alimentação Escolar**

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos principais responsáveis por garantir que os estudantes da rede pública tenham acesso a refeições nutritivas e de qualidade. Instituído em 1955, o PNAE oferece alimentação gratuita para todos os alunos da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, com o objetivo de atender às suas necessidades nutricionais durante o período em que estão na escola.

O PNAE também tem um caráter educativo, promovendo a inclusão de alimentos saudáveis, regionais e orgânicos no cardápio escolar, de forma a incentivar bons hábitos alimentares desde cedo. De acordo com as diretrizes do programa, pelo menos 30% dos alimentos devem ser adquiridos de pequenos produtores locais, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a sustentabilidade do meio ambiente.

Entre os principais objetivos do PNAE estão:

- Oferecer refeições balanceadas e adequadas às necessidades nutricionais dos alunos.
- Contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, proporcionando alimentos que atendam às exigências de crescimento e saúde.
- Estimular o consumo de alimentos regionais e saudáveis, promovendo a educação alimentar e nutricional.

► **Educação Alimentar e Nutricional**

O ambiente escolar também é um espaço privilegiado para a promoção da educação alimentar. As escolas têm a responsabilidade de educar os alunos sobre a importância de uma dieta equilibrada, ajudando-os a desenvolver hábitos alimentares saudáveis que podem perdurar ao longo da vida. Isso pode ser feito por meio de atividades pedagógicas que integram a alimentação ao currículo escolar, como aulas de ciências e projetos interdisciplinares que abordem o tema da nutrição.

A educação alimentar pode envolver tanto o aprendizado teórico sobre nutrientes e grupos alimentares quanto a prática, como a participação dos alunos em hortas escolares, que permitem que eles tenham contato direto com o cultivo de alimentos. Essas experiências contribuem para o entendimento sobre a origem dos alimentos e o impacto das escolhas alimentares na saúde e no meio ambiente.

Além disso, a criação de espaços de refeição que promovam uma alimentação consciente, como refeitórios organizados de forma a incentivar a convivência e o respeito ao tempo de comer, pode influenciar positivamente os hábitos alimentares dos estudantes. O momento da refeição na escola também deve ser